



01

A EUROPA EM QUE ESTAMOS

abril
2025



FICHA TÉCNICA

AD ASTRA

REVISTA ONLINE DA UNIVERSIDADE ABERTA

Diretora

ANA PAULA AVELAR 
Universidade Aberta (UAb)

Editores

ANA PAULA AVELAR 
Universidade Aberta (UAb)

PEDRO FLOR 
Universidade Aberta (UAb)

Conselho Editorial

CÉLIA DIAS FERREIRA 
Universidade Aberta (UAb)

ISABEL HUET SILVA 
Universidade Aberta (UAb)

JOÃO SIMÃO 
Universidade Aberta (UAb)

MARIA DO ROSÁRIO LUPI BELO 
Universidade Aberta (UAb)

MARIA DO ROSÁRIO ROSA 
Universidade Aberta (UAb)

PEDRO FLOR 
Universidade Aberta (UAb)

PEDRO PESTANA 
Universidade Aberta (UAb)

Conselho Consultivo

BIAGIO D'ANGELO 
Universidade de Brasília (UnB)

DIONÍSIO VILA MAIOR 
Universidade Aberta (UAb)

FERNANDO COSTA 
Universidade Aberta (UAb)

JOÃO LUÍS CARDOSO 
Universidade Aberta (UAb)

KENNETH DAVID JACKSON 
Yale University

LUÍSA LEAL DE FARIA 
Universidade Católica Portuguesa

SANDRA CAEIRO 
Universidade Aberta (UAb)

SORAYA VARGAS CÔRTEZ 
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

TÂNIA FONSECA 
Kingston University

WALTER LEAL 
Hamburg University of Applied Sciences (HAW Hamburg)

Produção

Serviços de Produção Digital da Universidade Aberta

ISSN

3051-6773

DOI

<https://doi.org/10.34627/adastra.v1i1.348>





ÍNDICE

PALAVRAS PRÉVIAS

EDITORIAL

DOSSIER TEMÁTICO - A EUROPA EM QUE ESTAMOS

JOÃO VIEIRA BORGES

Europa: Desafios, Ameaças e Devir

Europe: Challenges, Threats and Future

LUÍSA LEAL DE FARIA

Desacertos culturais: idadismo, sexismo, localismo. Uma agenda cultural para a Europa no século XXI

Cultural lags: ageism, sexism, localism: A Cultural Agenda for Europe in the Twenty First Century

ANDRÉ MATOS E LUÍS MARTINS

Uma interpretação derrideana das dinâmicas de interação identitária entre a União Europeia e a Turquia no quadro do processo de alargamento

A Derridean Interpretation of Identity Interaction Dynamics between the European Union and Turkey within the Framework of the Enlargement Process

JOÃO RELVÃO CAETANO

Memória e Democracia: Reflexão sobre a política contemporânea

Memory and Democracy: Reflection on Contemporary politics

JORGE TRIGO

Entre a Memória e a Realidade: o “Mito Fundador” do Holocausto e a União Europeia do Século XXI

Between Memory and Reality: The Founding Myth of the Holocaust and the European Union in the 21st Century

MARGARIDA MARTINS

Descolonização: língua, poder e a consciencialização histórica

Decolonisation: language, power and historical consciousness

FERNANDO COSTA E JORGE BUESCU

A Matemática na sociedade europeia e a Sociedade Europeia de Matemática

Mathematics in the European Society and the European Mathematical Society

FÁTIMA ALVES E DIOGO GUEDES VIDAL

Interdependências das sociedades e da natureza nas inovações democráticas para a transição ecológica no contexto do New Green Deal - o caso do Projeto H2020 Phoenix

Interdependencies between societies and nature in democratic innovations for the ecological transition in the context of the New Green Deal - the case of the H2020 Phoenix Project

VARIA

MARIA DE JESUS PEREIRA

Emigração para o Brasil na segunda metade do século XIX na imprensa diária portuguesa

Portuguese emigration to Brasil through the daily press on the the fifth and sixth decades of the 19th century

ANDREIA GONÇALVES; ELIZABETE FERNANDES; SÓNIA RODRIGUES; TÂNIA CAIANO

Liberdade e rebeldia pela voz de Maria Teresa Horta

Freedom and Rebellion Through the Maria Teresa Horta's



ISABEL HUET, DIOGO CASANOVA, GLÓRIA BASTOS

O Papel das Microcredenciais na Formação Contínua de Professores: uma análise do Projeto CRED4TEACH

The Role of Micro-Credentials in the Continuing Professional Development of Teachers: an analysis of the CRED4TEACH project

RECENSÕES

STEFFEN DIX

Uwe Wittstock (2024), Marseille 1940: Die grosse Flucht der Literatur, München: C.H.Beck

PEDRO PESTANA

The Future Soundscape: How Pierre Schaeffer's Radical Ideas Still Need to Shape Music

TESTEMUNHO(S)

FERNANDO COSTA

Reminiscências sobre Rafael Sasportes (1960-2024)

Liberdade e rebeldia pela voz de Maria Teresa Horta^[1]*Freedom and Rebellion Through Maria Teresa Horta's***Andreia Gonçalves****Elizabete Fernandes****Sónia Rodrigues****Tânia Caiano****Resumo**

Maria Teresa Horta, sob pressão do fascismo, inspirou-se na criação de *Novas Cartas Portuguesas*, obra de resistência ao regime ditatorial português. Juntamente com Maria Isabel Barreno e Maria Velho da Costa, a obra denunciou a opressão política e social, enfrentando a censura em 1972. A resistência literária feminina tem raízes históricas, como exemplificado no século XVIII pela Marquesa de Alorna, que desafiou os limites impostos às mulheres. A luta atual pelos direitos femininos reflete-se na relação com a palavra, contrastando as percepções históricas da mulher entre o sagrado e o perigoso, simbolizando a resistência contra a marginalização.

Palavras-chave: Resistência; Feminismo; Censura; Literatura; Ditadura

Abstract

Under the pressures of fascism, Maria Teresa Horta drew inspiration to create *Novas Cartas Portuguesas*, a work of resistance against Portugal's dictatorial regime. Co-authored with Maria Isabel Barreno and Maria Velho da Costa, the book denounced political and social oppression and faced censorship in 1972. Women's literary resistance has historical roots, as exemplified in the 18th century by the Marquesa de Alorna, who defied the limitations imposed on women. Today, the fight for women's rights is reflected in their connection to the written word, challenging historical perceptions of women as both sacred and dangerous, symbolizing resilience against marginalization.

Keywords: Resistance; Feminism; Censorship; Literature; Dictatorship

Andreia Gonçalves**Elizabete Fernandes****Sónia Rodrigues****Tânia Caiano**

Alunas Universidade Aberta

[0009-0003-1997-4438](#)[0009-0001-2250-765X](#) [0000-0002-5121-4370](#)[0009-0007-0592-9109](#)

“Eu fui espancada pelos fascistas e a partir daí nasce as *Novas Cartas Portuguesas*.”[2]

Num período em que a liberdade de expressão era severamente cerceada, as palavras de Maria Teresa Horta ressoavam como um grito de resistência e um poderoso manifesto contra a opressão do regime. Ao partilhar a sua experiência de ser espancada pelos fascistas, Horta não só revela a brutalidade do regime, mas também destaca como essa violência influenciou a criação de uma das obras literárias mais icónicas da resistência portuguesa – *Novas Cartas Portuguesas*. Tal como as suas palavras e as das suas companheiras desafiaram o fascismo no século XX, há um fio de resistência que remonta ao passado, quando outras mulheres usaram a literatura como uma ferramenta de emancipação.

No século XVIII, a literatura começou a refletir os ideais iluministas de liberdade, razão e progresso, posicionando-se como um meio de contestação e mudança social. Da mesma forma que *Novas Cartas Portuguesas* enfrentaria a censura fascista, o movimento literário do século XVIII ajudou a expressar os valores emergentes de uma nova sociedade. A Marquesa de Alorna, por exemplo, destacou-se nesse contexto, enfrentando as limitações impostas às mulheres de sua época e usando a literatura para criticar o despotismo e defender a liberdade.

A obra revolucionária de Maria Teresa Horta, coautora com Maria Isabel Barreno e Maria Velho da Costa, visava denunciar o estado político e social do país. Essa criação conjunta foi fruto de um entendimento político, determinado a vencer o fascismo: “é um livro político, feito num país fascista”. Em 1972, a obra *Novas Cartas Portuguesas* foi apreendida e criticada por Marcello Caetano, consolidando-se como parte de um longo percurso de resistência literária.

Nos dias de hoje, a reivindicação pelos direitos femininos passa pela “invenção de novas relações com a Palavra”. Desde as

sociedades primitivas do Mediterrâneo, a imagem da mulher, inicialmente venerada como “Terra-Mãe” e criadora, foi substituída pela imagem de “força destruidora”, revelando contrastes entre as perceções femininas que oscilavam persistentemente entre a “impura e perigosa” e a “sagrada e protetora” (Besse, 2001). Este histórico de opressão reflete a longa marginalização da mulher, que persistiu em desafiar as normas impostas através da escrita.

No século XVII, D. Francisco Manuel de Melo[3] publicou a *Carta de Guia de Casados*, uma obra misógina que aconselhava os homens a controlar as mulheres. Para ele, a mulher ideal deveria ser pouco instruída, para não comprometer a estabilidade familiar. Esse medo de mudança na educação feminina, reflete o receio de que a emancipação intelectual ameaçasse a ordem social estabelecida. Em contraste, escritoras como Maria Teresa Horta e a Marquesa de Alorna romperam com essas limitações. No século XVIII, Alorna utilizou a sua escrita para desafiar as estruturas patriarcais e defender a autonomia feminina, abrindo caminho para uma tradição literária de resistência.

Ao longo do século XVIII, o mundo passou a ser visto como um campo de exploração científica e a literatura acompanhou essas transformações, não apenas esteticamente, mas também como meio de resistência política. Escritoras como Maria Teresa Horta são herdeiras dessa tradição, utilizando a palavra escrita como uma arma poderosa contra a opressão. Assim como Horta enfrentou o fascismo, a Marquesa de Alorna desafiou as limitações impostas ao seu género, defendendo a liberdade e criticando a ordem vigente.

Esse percurso de resistência literária, que atravessa séculos, demonstra o poder transformador da palavra. No século XVIII, a literatura consolidou os valores iluministas; no século XX, obras como *Novas Cartas Portuguesas* desafiaram diretamente o regime autoritário. Tanto a Marquesa de Alorna quanto Maria Teresa Horta, Barreno e Velho da Costa enfrentaram regimes

que temiam a liberdade de expressão e a emancipação das mulheres.

A literatura, em ambas as épocas, tornou-se uma força impulsionadora de progresso, uma plataforma de reivindicação de direitos e uma arma contra a opressão. Maria Teresa Horta destaca a ousadia dessas mulheres, que, assim como a Marquesa de Alorna, desafiaram os limites de suas épocas. As experiências partilhadas por Horta, Barreno e Velho da Costa tiveram repercussões não só em Portugal, mas internacionalmente, consolidando um legado de resistência literária.

Hoje, aos 86 anos, Maria Teresa Horta relembra a brutalidade do passado e celebra o poder transformador da literatura. Numa entrevista recente, ela fala sobre o impacto que a obra *Novas Cartas Portuguesas* teve no regime ditatorial. Em 1972, Marcello Caetano referiu-se às autoras como "não dignas de serem portuguesas" e afirmou que o livro era uma vergonha para o país, revelando o temor que essa obra inspirava nas estruturas de poder (Horta, 2024). A sua voz, unida à de tantas outras mulheres que recusaram o silêncio, continua a ser um símbolo de luta pela liberdade e igualdade através da palavra.

"Escrito por três mulheres e publicado por outra", assim se refere Maria Teresa Horta a Natália Correia, durante a entrevista, como sendo a única editora que acreditou na aventura a três. Apesar de serem jovens, não eram inconscientes e já tinham alguma participação política, mas realçando que a escrita em conjunto foi bastante divertida.

Não fosse ela uma mulher rebelde, não lhe assentaria tão bem o convite para prefaciar o livro de Natália Correia, publicado em 2003. Maria Teresa Horta foi convidada por Maria Antónia Pereira para escrever o prefácio do livro *Breve História da Mulher e Outros Escritos*, no ano em que, se estivesse viva, a autora completaria 80 anos.

O volume reúne artigos, estudos e crónicas de Natália Correia, sobre as mulheres e a sua condição feminina ao longo da vida. Maria Teresa Horta descreve-o como um "livro inesperado", destacando a sua ousadia. De facto, ao abordar o papel das mulheres nas mais variadas culturas, Natália Correia desafiou os tabus do regime do Estado Novo, que seguia princípios fascistas, segundo os quais a mulher deveria limitar-se às tarefas domésticas e à maternidade.

No prefácio, Maria Teresa Horta ainda confia que o que mais a atraiu em Natália Correia foi o seu traço de desobediência inata, a sua insubordinação e coragem. Embora Natália não se tenha assumido como feminista, partilhava muitas ideias com as defensoras dos direitos das mulheres e refutava injustiças sexistas, discriminações e normas impostas desde sempre.

O destino feminino era moldado ao bel-prazer dos homens, resultando numa vida de infelicidade e de subvalorização. E sendo Natália Correia "uma revolucionária; uma passionária", lutava pelo "amor, pela solidariedade, pela lealdade e pela diferença".

Ao recordá-la, Horta menciona que Correia lhe ensinou, no âmbito da escrita, "somos poetisas e não poetas. Teresa, nunca se esqueça. Para fazermos boa poesia não precisamos de tomar para nós o que é do masculino" (Correia, 2003, pp. 17–18). À luz dos textos "inequivocamente provocadores; luminosos e desafiadores", Maria Teresa Horta afirma que Natália Correia assumiu muitos riscos que colocavam em causa a liberdade feminina.

Nesse contexto, em maio de 1971, foi escrito um livro a "seis mãos", referidas como sendo as mãos de autoras talentosas e as três "aranhas astuciosas".

Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa, todas elas, já tinham publicado, algum tempo antes,

livros que se destacaram pela diferença e pela forte dimensão política, desafiando as normas da sociedade.

Se a personagem em *Maina Mendes* (1969) de Maria Velho da Costa perde o seu protagonismo, levando à reinvenção de uma outra, no livro de Maria Isabel Barreno em *Os Outros Legítimos Superiores* (1970), já se verifica uma denúncia do silêncio das mulheres, através do nome "Maria" e, por outro lado, também a voz poética de Maria Teresa Horta, assumidamente feminina, em *Minha Senhora de Mim* (1971), reivindica o direito das mulheres de falar sobre a sua sexualidade, o desejo, enfim, o corpo.

A coragem da autora, ao abordar estes temas, representava um desafio às normas sociais e uma afronta ao regime repressivo do Estado Novo.

Este sistema autoritário de índole fascista, que se seguiu à ditadura militar instaurada após o golpe de 28 de maio de 1926, procurou suprimir as vozes dissidentes. No entanto, as suas obras literárias emergiram poderosas, como atos de resistência e afirmação da liberdade de expressão e dos direitos das mulheres.

Ao contrário do que se esperava, a instabilidade política, económica e financeira continuou a persistir. Perante esta situação, Óscar Carmona, o Presidente da República à data, convidou António de Oliveira Salazar para o Ministério das Finanças.

Logo no primeiro ano de mandato, Salazar, à custa do aumento de impostos, da redução dos salários dos funcionários públicos e de um apertado controlo dos orçamentos de todos os ministérios, conseguiu equilibrar as contas públicas, o que lhe conferiu um enorme prestígio.

Sendo visto como um "Salvador da Nação", um mito que, de acordo com Léonard (2017) foi sendo construído por António Ferro e elevado a modelo, Salazar foi, em 1932, nomeado

Presidente do Conselho.

Seguindo-se, em 1933, a aprovação de uma nova Constituição que, oficialmente terminava com o período de Ditadura e dava início ao Estado Novo, uma ditadura que só haveria de ter fim a 25 de abril de 1974.

À semelhança de outros regimes ditatoriais, nomeadamente o italiano e o alemão, pretendeu-se construir um Estado forte e autoritário, dirigido por um chefe, a quem todos deviam obediência e culto, tendo sido estabelecida a existência de um partido único, a União Nacional.

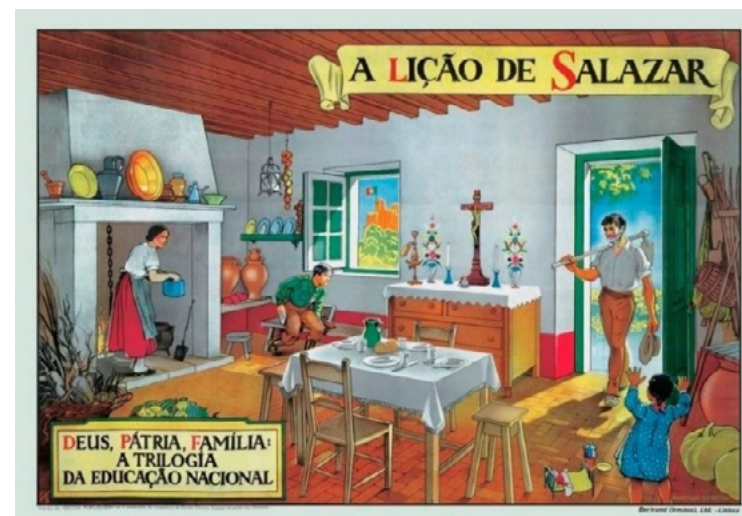


Fig. 1. Deus, Pátria, Família – A trilogia da Educação Nacional

De forma a pôr fim à luta de classes e ao controlo dos opositores ao regime, organizaram-se corporações de patrões e de empregados. Para controlar a população e aniquilar qualquer oposição ao governo, foram criadas diversas organizações e mecanismos repressivos.

De acordo com uma visão nacionalista exacerbada, a pátria

deveria estar sempre acima de qualquer valor individual. Este sistema, recém-estabelecido e legitimado pela Constituição de 1933, consolidou-se como profundamente conservador e tradicionalista.

No último dos sete cartazes, publicados em 1938 e distribuídos pelas escolas, intitulado “Deus, Pátria, Família: a Trilogia da Educação Nacional”, encontramos a súplica dos valores essenciais a preservar. O lar apresentado é humilde, rústico, sem qualquer aparelho tecnológico ou até mesmo um simples jornal, refletindo o apanágio da *aurea mediocritas*, da ausência de ambição, de uma felicidade que se alcança com muito pouco. Na verdade, o “viver habitual” uma fórmula que, após um encontro com Salazar, Henri Massis especificou em 1941.

Viver habitualmente é sentir-se contente no seu país, como se nos corresse nas veias; encontrar aí esse elemento de bem-estar habitual, de orgulhosa euforia, étnica ou territorial, que não se predestina às ambições irrazoáveis. Viver habitualmente, eis todo o nacionalismo, que não é outra coisa que um gesto de amor de si habitual no homem. Fazer viver habitualmente um país não é deixar contaminar os membros sãos, amputar as partes mortas; é impedir a chegada da desordem onde existe a ordem; onde existe a paz evitar que chegue a guerra; porque é precisamente isso que significa viver habitualmente. (Massis in Léonard, p. 182, 2017).

Dentro desta organização, a família era vista como a célula base que assegurava a participação sem sobressaltos. Obedecendo a uma estrutura hierárquica, o homem era considerado a cabeça da família, a quem os restantes deviam prestar obediência. Segundo Pimentel (2011), uma das máximas preferidas de António Carneiro Pacheco, ministro da Educação Nacional, era um “lugar para cada um e cada um no seu lugar”, o que refletia uma noção estanque de mobilidade social, na qual cada pessoa devia desempenhar a função para a qual parecia ter nascido, como se se tratasse de uma missão.

Segundo Pimentel (2011), a norma também se aplicava às

mulheres, que tinham um papel pré-definido dentro desta estrutura. Tratava-se não apenas de uma imposição social ou moral, mas também legal, uma vez que o artigo 5.º da Constituição de 1933 estipulava que não haveria “[...] qualquer privilégio de crescimento, nobreza, título nobiliárquico, sexo ou condição social [...]”. No entanto, uma exceção ficava estabelecida, “salvas, quanto à mulher, as diferenças resultantes da sua natureza e do bem da família [...]”.

Na clausura do lar e submissa à autoridade do poder patriarcal, de acordo com a propaganda do regime, o dever primordial da mulher deveria ser a salvaguarda dos valores morais e religiosos da família. Ficando também estabelecido que a realização da feminilidade seria a maternidade. Como refere Rosengarten (2005), havia uma enorme valorização simbólica da maternidade, até como forma de garantir a sucessão e a continuidade.

Em 1936 foi criada a Obra das Mães pela Educação Nacional (OMEN), uma organização feminina que servia para difundir e cimentar a importância da ideia da mulher como mãe, sempre atenta às responsabilidades domésticas e obediente à figura masculina.

De acordo com a perspectiva de submissão e de reclusão doméstica, o modelo aceitável de feminilidade seria a Virgem Maria, sendo extremamente fomentado o culto mariano, sobretudo após a assinatura da Concordata com o Vaticano em 1940.

Ilustrando esta visão determinista do papel da mulher na sociedade, em entrevista a António Ferro, após ser questionado sobre a legitimidade do movimento feminista e as restrições impostas pelo homem à liberdade da mulher, Salazar afirmou: “Queixou-se o homem, alguma vez de trabalhar de sol a sol, para a defender das tempestades que andam cá por fora? Não acha ele que é o seu dever natural e justo?” (Ferro, 1933, p. 134).

Em 1968, após uma doença inesperada, Salazar foi afastado do poder e substituído por Marcello Caetano. Por essa altura, esperava-se que houvesse uma renovação política e a necessária liberalização do regime. Na realidade, foram tomadas algumas medidas, como o abrandar da censura; o autorizar o regresso de alguns exilados políticos; o abrandamento da atuação da PIDE, agora designada como Direção-Geral de Segurança – DGS, entre outras. Devido a esta abertura, este período foi designado como “Primavera Marcelista”.

No entanto, a recusa da democratização tornou-se evidente nas eleições de 1969, nas quais, novamente, devido à existência de fraude eleitoral, o Partido do Governo, que em 1970 mudou a designação de União Nacional para Ação Nacional Popular, alcançou uma vitória esmagadora, conseguindo preencher todos os lugares da Assembleia.

Para além disso, a Guerra Colonial, iniciada a 15 de março de 1961 em Angola, com a revolta da UPA – União dos Povos de Angola, estendeu-se depois à Guiné-Bissau e a Moçambique, continuando sem solução à vista. Esta guerra implicava um enorme custo humano e económico para Portugal. O prolongamento do conflito provocava um descontentamento crescente, tanto entre a população civil, como também no seio das próprias Forças Armadas.

O desagrado que se ia exacerbando e a contestação das estruturas de poder durante a Guerra Colonial não se restringiram apenas às questões militares e sociais, mas também se refletiram nas esferas culturais e intelectuais. Neste contexto de agitação e mudança, figuras como Maria Teresa Horta emergiram, contribuindo de maneira significativa para o debate e transformação das normas impostas pela sociedade.

Nascida em Lisboa, a 20 de maio de 1937, numa família aristocrata – sendo quinta neta da Marquesa de Alorna –, Maria Teresa Horta frequentou a Faculdade de Letras de

Lisboa e participou ativamente nos movimentos feministas e de emancipação da mulher. O seu percurso incluiu o jornalismo, a poesia e a ficção, com a poesia destacando-se pela exploração do erotismo, da libertação feminina e da vivência da sexualidade, utilizando uma linguagem que apela à sensualidade através de um discurso conotativo.

Destaca-se, por isso, títulos como *Minha Senhora de Mim* (1971), – já referido anteriormente, – *A Paixão segundo Constança H.* (1994); *Poemas para Leonor* (2012), entre outras.

A temática do amor permeia a sua obra, onde se assiste à fusão do homem e da mulher como dois complementos na procura de encontro e plenitude.



Colheste as flores
da tua chama
apagaste devagar
os teus sentidos

Sossegaste o corpo
em sua cama
desguarneceste em mim
os teus motivos

Que a vela acesa corte a
madrugada
E lhe desdiga a calma e a palavra
Colheste devagar o meu queixume

Ó meu amor!
Ó meu aceso lume!
(Horta, 2023, 54).

Fig. 2. 3ª edição de *Minha Senhora de Mim*, cuja 1ª edição foi apreendida pela PIDE em 1971

Neste poema em concreto, *Minha Senhora de Mim*, a poetisa explora a fusão entre o amor e o desejo, envoltos numa atmosfera de intimidade e intensidade emocional. Na primeira estrofe, “Colheste as flores/da tua chama/apagaste devagar/os teus sentidos” sugere-se um abrandamento ou até uma ausência de paixão. As flores podem simbolizar esse desejo ou vitalidade, que são, contudo, retraídos. O verbo “colheste” parece indicar um certo controlo sobre essa chama, remetendo para uma situação de calma ou serenidade, especialmente quando se refere aos sentidos que foram apagados.

Estes e outros elementos apontam para a exploração da dualidade entre a paixão e a tranquilidade, o desejo e a serenidade, revelando a transformação no relacionamento. A chama do amor, ainda que controlada, permanece acesa, com uma visível tensão entre a quietude e o desejo latente.

São precisamente estas imagens sensuais, aliadas a uma linguagem emotiva, que a autora transmite na sua poesia, as quais tanto scandalizaram as mentalidades conservadoras da época.

Nesse contexto, é fundamental considerar a influência das obras que marcaram um período conturbado.

Assim, para a realização da escrita a três, as autoras basearam-se no romance epistolar *Lettres Portugaises* – uma compilação de cinco cartas de amor, supostamente redigidas por Mariana Alcoforado, uma freira enclausurada no convento de Beja, e publicadas anonimamente em 1969 pelo editor Claude Barbin.

Quando o burguês se revolta contra o rei, ou quando o colono se revolta contra o império, é apenas um chefe ou um governo que eles atacam, tudo o resto fica intacto, os seus negócios, as suas prioridades, as suas famílias, os seus lugares entre amigos e conhecidos, os seus prazeres.

Se a mulher se revolta contra o homem nada fica intacto[4].

A autoria das cartas ainda hoje é polémica, tendo sido sujeita a várias traduções e reedições. Em 1969 – trezentos anos depois – foi publicada uma edição bilingue pela Assírio & Alvim, com o título *Cartas Portuguesas*, traduzidas por Eugénio Andrade. Esta edição foi consultada pelas três autoras.

9 MAGGIO 2022 | 13:30 | AULA 13A/B | IN PRESENZA E IN STREAMING

GIORNATA MONDIALE DELLA LINGUA PORTOGHESE

NOVAS CARTAS PORTUGUESAS

50 anos de um livro que marcou a História



Fig. 3. Fotografia da Manchete, Lisboa, 25 de junho de 1974

As "Três Marias" das *Novas Cartas Portuguesas*: Maria Teresa Horta, Maria Velho da Costa e Maria Isabel Barreno

Mas, mais importante do que descobrir a verdadeira autoria da obra, foi a transformação da figura de Mariana Alcoforado de uma autora anónima para uma representação da feminilidade nacional em geral. (Barreno, Horta, Costa, 2022, pp. 15-16).

Num ambiente de ditadura fascista, as manifestações de revolta das mulheres, a partir das *Novas Cartas Portuguesas*, agitaram todos os estratos sociais. Era necessário erradicar a repressão até aí implantada para que as mulheres não perdessem a sua identidade.

As mulheres viviam enclausuradas na sua escrita, gritando em silêncio. Quando ousavam partilhar os seus pensamentos, usavam pseudónimos masculinos. Procuravam alcançar a igualdade e descobrir a verdadeira identidade através do movimento feminista e da sua expressão na literatura, o que permitiu alguma notoriedade a vozes que se uniram em prol da mesma causa.

Desta forma, às *Novas Cartas Portuguesas* reconhece-se um estilo tradicional cultivado pelo género feminino na literatura, numa coletânea de textos esparsos que mesclam uma história vivida, ou talvez imaginada, pela freira, mas que rompem, e até, extravasam, o que parecia normalizado e de incontestável mudança.

Do ponto de vista literário, o livro exhibe características de intertextualidade e alteridade, tecendo críticas à sociedade contemporânea portuguesa ao abordar temas censurados ou proibidos. Isso gerou desconforto entre os que estavam ligados ao poder, e o escândalo em torno da publicação, assim como o julgamento das autoras, atraíram a atenção da comunidade internacional, trazendo “consequências perversas” (Barreno, Horta, Costa, 2022, 29).

Numa das suas cartas – a terceira e última, datada de 25 de novembro de 1971–, lê-se: “em boa verdade vos digo: que continuamos sós mas menos desamparadas” (Barreno, Horta, Costa, 2022, 304).

Certas do que escreviam, é neste sentido que se considera que Maria Teresa Horta teve, e continua a ter, um papel preponderante na liberdade de escrita de autoria feminina, sendo fundamental para a afirmação das vozes femininas na literatura até aos dias de hoje.

Não há dúvida de que as *Novas Cartas Portuguesas* foi um “conteúdo insanavelmente pornográfico e atentatório da moral

pública” (Barreno, Horta, Costa, 2022, p. 18). Este e outros livros, ao longo da sua trajetória enquanto autora, ajudam a moldar o carácter de Maria Teresa Horta.

Os interrogatórios a que as três autoras foram submetidas separadamente visavam descobrir qual delas possuía escritos que mais atentavam contra a moral, mas nunca se chegou a revelar essa informação.

Como escreveu Fernando Pessoa: “A coragem que vence o medo tem mais elementos de grandeza que aquela que o não tem”^[5]. De facto, superar o medo para agir corajosamente implica um esforço maior e, portanto, uma demonstração de grandeza.

Durante o período da ditadura, expressar opiniões contrárias ao regime e desafiar as normas sociais conservadoras, revelou-se extremamente pernicioso. As três autoras, com as *Novas Cartas Portuguesas*, decidiram correr o risco de enfrentar a censura e a opressão.

A sua coragem não consistia na ausência de medo, mas na determinação em agir apesar dele. Ao escrever e publicar uma obra tão provocadora, estavam plenamente conscientes que desafiavam diretamente um regime autoritário, expondo-se a represálias severas, como interrogatórios, durante os quais, muitas vezes, eram aplicadas pesadas torturas para extrair notas de culpa, e até a prisão. Mesmo temendo as consequências, escolheram avançar, reivindicando a liberdade e os direitos das mulheres, apesar da ameaça constante. Assim, não recuaram, tornando-se um símbolo de resistência e grandeza num período de repressão.

O livro foi apreendido, o processo instaurado, mas as “Três Marias” conseguiram o apoio da comunidade literária e intelectual, tanto nacional como internacionalmente, resultando em grandes manifestações. De forma notável, receberam o respaldo de figuras como Simone de Beauvoir, Marguerite Duras,

Christiane Rochefort, entre outras. Beauvoir e outras mulheres chegaram a acender velas no final do dia, numa procissão que evocava o “culto mariano” (Reis, 2024, 245).

Temas como a guerra colonial, o enquadramento das famílias católicas a nível institucional e o estatuto social e legal das mulheres provocaram grande escândalo, atraíram a atenção dos meios de comunicação internacionais e, trouxeram, inevitavelmente, consequências nefastas. Assim, a autora continuou, ao longo da sua vida, a explorar temas de resistência e emancipação através das mulheres.

Numa entrevista com Patrícia Reis[6], autora da obra *A Desobediente – Biografia de Maria Teresa Horta*, foi questionada sobre a verdadeira razão para o título escolhido. Reis explicou que optou por esse nome, porque acredita que a biografada é, de facto, “desobediente”, um epíteto que Maria Teresa Horta apreciou. Patrícia Reis acrescentou ainda, que o sentido de liberdade de Horta decorre da sua maneira de estar, numa época em constante revolução, reafirmando o seu carácter: “A Teresa é um pedaço da história”.

A autora considera que, já nos anos 60, Teresa Horta devolvia às mulheres o sentido do seu corpo, sem nunca deixar de escrever sobre as desigualdades sociais e os tormentos que elas enfrentavam, uma situação que, apesar de alguma melhoria, persiste até hoje[7]. Como um fio condutor, Patrícia Reis acredita que, para descobrirmos a verdade –mesmo que ficcionada–, “a biografia de Maria Teresa Horta está toda na sua obra” (Reis, 2024, 16).

Neste contexto de exploração da identidade feminina e de resistência, Horta desenvolve a sua prosa poética em *A Paixão Segundo Constança H.* (1994), centrando-se na mulher que procura compreender-se e encontrar o seu lugar no mundo. A obra é marcada por uma grande intensidade emocional e pela profundidade na abordagem das relações humanas, da

sexualidade e do sentido da vida:



Fig. 4. O romance reeditado em 2018 – *A Paixão segundo Constança H.*

[...] poder acordar vivendo o medo
sozinha nos lençóis
e sem abraços
Tropeço, tu bem sabes
sobre as lágrimas
na busca, tu não sabes, do
começo [...]

Constança H. (poema encontrado entre os papéis de Henrique H.)

Constança H. encontra-se num processo de autodescoberta e reflexão, confrontando-se com questões de amor, desejo e liberdade. É uma personagem multifacetada que vive uma paixão arrebatadora, mas que lida com as angústias e desafios inerentes à condição feminina.

A história é narrada de forma introspetiva, através de um fluxo de consciência que revela os pensamentos, memórias e emoções da protagonista. Este estilo de narração remete, em alguns aspetos, para o romance de Clarice Lispector, *A Paixão Segundo G. H.*, onde a autora questiona: “...estou procurando, estou procurando. Estou tentando entender. Tentando dar a alguém o que vivi e não sei a quem, mas não quero ficar com o que vivi [...] Aconteceu-me alguma coisa que eu, pelo fato de não a saber viver, vivi uma outra?” (Lispector, 2013, p. 9).

Teresa Horta utiliza uma linguagem poética e sensorial, explorando os sentimentos e desejos, moldados pela complexidade das suas experiências e pela sua luta pela

autonomia e afirmação.

Da mesma forma, em *As Luzes de Leonor*, a escritora mergulha na vida de Leonor de Almeida, Marquesa de Alorna e poetisa portuguesa do século XVIII, a quem a autora chamou de “sedutora de anjos, poetas e heróis”. Apelidada de *Alcipe*, arcádico dado pelo professor Filinto Elísio, pseudônimo do Padre Francisco Manuel do Nascimento, este chega a compará-la às deusas: “nenhuma outra mulher chega à sua graça, ao seu encanto” (Horta, 2017), como recorda Teresa Horta no seu romance sobre a relação entre o padre e a marquesa. De facto, Leonor foi uma figura que desafiou as convenções sociais e políticas, sendo uma presença ativa nos salões de cultura da época.

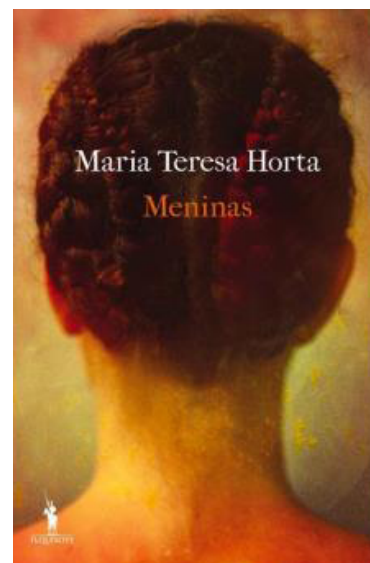
Embora se trate de um romance, o que nos é apresentado demonstra um profundo conhecimento sobre a vida da 4ª Marquesa de Alorna e, ao mesmo tempo, reflete os afetos nos contextos dos diferentes planos temporais. A escrita de Horta revisita dados históricos, acrescentando pormenores, que um historiador poderia eventualmente deixar de fora. Tudo é escrito de forma sensual e com um tom de intimidade, sugerindo uma proximidade entre o narrador e o que é narrado.

Diversas passagens destacam a ligação familiar da Marquesa de Alorna ao seu passado, assim como o impacto dos eventos vividos pelos seus antepassados na sua vida. Entre estes exemplos, destaca-se o episódio da prisão dos avós de Leonor no contexto do Processo dos Távoras, que influenciou profundamente a sua visão sobre o poder e a justiça.

A vida enclausurada no Convento de Chelas, onde Leonor passou grande parte da sua infância após a prisão dos avós, é outra experiência marcante, sendo a desolação desse período retratada em algumas das suas memórias: “estávamos na verdade diante do convento de S. Félix, no vale de Chelas, cujas portas de madeira pesada e escurecida pelos anos [...] demoraram a abrir” (Horta, 2017).

As cartas trocadas com o seu pai, entretanto detido, constituem outro evento que a ligou à memória do sacrifício familiar. Além disso, a relação de Leonor com a avó recebe particular atenção por parte de Horta, especialmente no que toca aos ensinamentos e histórias transmitidas que estabeleceram um elo direto com as suas raízes.

Finalmente, o legado dos Távoras, com toda a sua glória e desgraça, influenciou as escolhas de Leonor de Almeida, tanto na vida privada como na esfera pública. Este legado, que enfrentou a ruína e a perseguição excruciantes, constitui um tema recorrente que permeia o romance.



Neste percurso de introspeção e sensibilidade literária, surge também a obra *Meninas*, onde a autora explora uma tapeçaria de histórias enclavinadas entre a angústia e a coragem.

Fig. 5. Contos reunidos na edição de 2014, em *Meninas*

Nos contos “Recém-nascida”: “pouco a pouco estou a perder a memória do meu começo, da minha origem, da forma como cheguei até aqui. Para mim ainda não existe passado...” (Horta, 2014) e “Desobediência”: “...eu segui-a repetindo e também inventando baixinho palavras sem sentido, numa melopeia dolente que me instigava...” (Horta, 2014), a narrativa desenvolve-se num delicado percurso de descoberta, onde a poesia da revelação e a urgência da escrita se entrelaçam. A autora escreve um livro encantatório, onde cada

página representa uma imersão na complexidade e beleza das emoções humanas.

As obras de Maria Teresa Horta e as das outras duas "Marias" – Maria Isabel Barreno e Maria Velho da Costa – nas *Novas Cartas Portuguesas* representam mais do que uma mera contribuição literária. Elas constituem um grito de resistência e a afirmação poderosa da voz feminina num período de grande repressão.

Apesar dos riscos e do medo, as autoras enfrentaram um regime autoritário e desafiaram as normas sociais e políticas que subjugavam as mulheres. A coragem demonstrada diante da censura e da perseguição é um testemunho da sua determinação em lutar pelos seus direitos e pela liberdade de expressão.

Maria Teresa Horta, em particular, emerge como uma figura icônica de rebeldia e desobediência, valores que cultivou tanto na sua vida pessoal como na obra de outras mulheres, como Natália Correia. Através da sua poesia, prosa e envolvimento político, Horta continuou a desafiar as convenções, explorando a sensualidade, o desejo e a identidade feminina de uma forma que poucas ousaram fazer antes dela.



Foste um punhal de fogo

Com um
Coração tão álgido

Que parecia ser
De neve ou gelo
Que apunhalava

Meu coração
De mulher
Onde tu te abrigavas

(Horta, 2023,91)

Fig. 6. A 2ª edição de 2023, poemas reunidos em *Paixão*

Este poema, por exemplo, captura a intensidade e o conflito presentes na obra de Maria Teresa Horta. A imagem do “punhal de fogo” com um coração de gelo reflete a paixão e a frieza com que a autora aborda os temas de amor e dor, revelando a complexidade das suas emoções e a sua luta interna. Esta metáfora poderosa ilustra a profundidade da resistência e da força emocional que permeia o seu trabalho, evidenciando como as suas palavras resistentes desafiam as convenções.

A história de Maria Teresa Horta e das "Três Marias" não é apenas uma lembrança herdada de um período ditatorial, mas um legado de resistência e uma inspiração contínua para as futuras gerações que desejem afirmar-se.

As *Novas Cartas Portuguesas*, assim como todas as restantes obras de Horta, são um símbolo de liberdade, uma contribuição fundamental que moldou a literatura e a sociedade portuguesas. Elas destacam a importância da luta pela voz feminina e pela igualdade de género, ao denunciar questões cruciais como a guerra colonial, o sistema judicial, a emigração, a violência e a situação das mulheres.

Em suma, a coragem e a determinação de Maria Teresa Horta revelam a grandeza de quem, mesmo com receio, escolheu agir, deixando um impacto duradouro na história cultural e política de Portugal.

A obra de Horta não só ecoa as lutas das mulheres do passado, mas também pavimenta o caminho para novas gerações, que continuam a usar a palavra escrita como uma forma de resistência contra as opressões políticas e sociais.

Bibliografia ativa

BARRENO, I. M., Horta, M. T., Costa, M. V. da. (2022). *Novas Cartas Portuguesas*, (9ª edição), edição anotada de Ana Luísa Amaral, Lisboa, Dom Quixote;

HORTA, M. T. (2014). *Meninas*, Lisboa, Dom Quixote;

HORTA, M. T. (2017). *As Luzes de Leonor*, (8ª edição), Lisboa, Dom Quixote;

HORTA, M. T. (2018). *A Paixão segundo Constança H.*, Lisboa, Dom Quixote;

HORTA, M. T. (2022). *As Palavras do Corpo*, (4ª edição), Lisboa, Dom Quixote;

HORTA, M. T. (2023a). *Minha Senhora de Mim*, (3ª edição), Lisboa, Dom Quixote;

HORTA, M. T. (2023b). *Paixão*, (2ª edição), Lisboa, Dom Quixote.

Bibliografia Passiva

BESSE, M. G. (2001). *Percursos no Feminino*, Lisboa, Ulmeiro.

BORGES, J. J. (2017). A Mulher e a Crítica: Aspectos e Questões Na Fortuna Crítica Da Marquesa De Alorna. *Revista DESASSOSSEGO*, Vol. (18), Editora Universidade de São Paulo Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBiUSP, Português DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2175-3180.v9i18p42-62> [Última consulta em: 5 de setembro de 2025].

CABRAL, P. C. F. & Rodrigues, S. C. I. (2009). O sexual e o político na obra de Paula Rego. *Intermedias*, ano 5 (9ª edição) [<http://tinyurl.com/24ugrcs>, acedido em 21/08/2024].

CARINA, B. (2024). *Entrevista a Maria Teresa Horta*. RFI, <https://www.rfi.fr/pt/programas/revolu%C3%A7%C3%A3o-dos-cravos/20240317-maria-teresa-horta-a-ditadura-tremeu-com-o-poder-das-palavras>

Correia, N. (2003). *Breve História da Mulher e outros escritos*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira;

FERRO, A. (1933). *Salazar – O Homem e a sua Obra*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade.

LÉONARD, Y. (2017). Salazar, visto de fora. “Viver habitualmente?” Salazar e os media franceses. In Garcia, J.L., Alves, T. & Leonard, Y. (Eds), *Salazar, o Estado Novo e os Media*, Lisboa, Edições 70.

LIVET, G., MOUSNIER, R. (coord.) (1980). *Histoire Générale de l'Europe*, Paris, Presses Universitaires de France.

PIMENTEL, I. F. (2011). *A Cada um o Seu Lugar – A política feminina do Estado Novo*, Lisboa, Temas e Debates.

REIS, P. (2024). *A Desobediente – Biografia de Maria Teresa Horta*, Lisboa, Contraponto.

REPÚBLICA P. (1933). Constituição Política da República Portuguesa. In *Diário do Governo*. <https://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/CRP-1933.pdf>

ROSENTHAL, T.G. (2005). *Paula Rego, obra gráfica completa*, Lisboa, Cavalo de Ferro.

SAMPAIO, T. (2011). Entrevista com Maria Teresa Horta [RTP]. Em *Ler mais e Ler melhor*. RTP. <https://www.youtube.com/watch?v=G7zqaTqQB08>

SILVA, V. M. de A. e (1990). *Teoria e Metodologia Literárias*, Lisboa, Universidade Aberta.

Torgal, L. R. (1989). *História e Ideologia*, Coimbra, Edições Minerva Coimbra.

Vieira, R. S. (2024). *Entrevista a Patrícia Reis*. Magazine Cultura Fnac. <https://www.youtube.com/watch?v=1rdyw7jlb5Q>

Notas

[1] Refira-se à escolha do sistema autor-data para a realização do presente artigo de investigação no âmbito da publicação na revista digital *Ad Astra*, por se considerar que apresenta uma organização fluída e coerente, pois as referências bibliográficas são inseridas entre parênteses dentro do próprio texto e no fim de cada parágrafo, evitando interrupções. Pretende-se que o fluxo argumentativo seja mantido para melhor compreensão do leitor. Assim sendo, quando necessário, proceder-se-á à introdução de informações adicionais ou esclarecimento sobre determinado conceito ou referência, através das notas de rodapé. Objetiva-se, também, que este sistema promova a flexibilidade na introdução de citações diretas e indiretas, seja para reproduzir fielmente as palavras do autor, seja para parafrasear as suas ideias, permitindo ao mesmo fornecer as informações necessárias ao leitor na localização da fonte original.

[2] Entrevista a Maria Teresa Horta na *RFI* por Carina Branco a 5 de fevereiro de 2024.

[3] Um dos escritores mais cultos desse tempo, Francisco Manuel de Melo foi historiador, pedagogo, autor teatral e poeta, o representante máximo da literatura barroca peninsular.

[4] Extratos do diário de D. Maria Ana, descendente de D. Mariana, sobrinha de D. Mariana Alcoforado. Freira do Convento de Nossa Senhora da Conceição (atual Museu Regional da cidade de Beja).

[5] *Aforismos e afins* (2006).

[6] Patrícia Reis é jornalista, escritora e editora.

[7] A 10 de abril deste ano, a rubrica *Magazine Cultura Fnac* entrevista Patrícia Reis sobre a sua obra centrada em Maria Teresa Horta, *A Desobediente – Biografia de Maria Teresa Horta*.

